



A DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA NO CAMPO SOB A PERSPECTIVA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (1985-2025).

Gilmar Muniz Garcia¹

INTRODUÇÃO

A CPT é uma comissão da Igreja Católica que tem como função assessorar as comunidades camponesas e denunciar a violência sofrida por elas por meio de um levantamento publicado anualmente intitulado *Conflitos no Campo Brasil*. Esses cadernos de conflitos abordam cinco eixos temáticos: conflitos por terra, água, trabalhistas, manifestações e violência contra a pessoa, além de realizarem uma descrição histórica dos últimos dez anos. Para cada eixo são utilizados formulários que descrevem o tipo de violência, o local, a quantidade de pessoas envolvidas, suas identidades e os causadores da violência.

Segundo a CPT (1983; 2024), conflitos no campo configuram-se por disputas pela utilização ou posse da terra, da água e em virtude das relações de trabalho, que envolve diversos atores sociais, inclusive o Estado em suas três esferas de atuação, e que resultam em violência, perseguição, ameaça e violação de direitos, tais como invasões de terras, controle dos recursos hídricos, intoxicação por agrotóxicos, trabalho análogo à escravidão, violência contra indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Essa pesquisa problematiza, de forma interdisciplinar, a produção de discursos sobre a verdade e as formas de mediação exercida pelos sujeitos, sejam eles coletivos ou representativos, como é o caso da CPT e sua perspectiva dos conflitos no campo. A CPT possui atuação em todos os entes federados, assessorando mais de 60 ações coletivas organizadas, como Movimentos Sociais, Entidades e Organizações (CPT, 2025), das mais diversas identidades camponesas.

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo geral descrever a atuação da Comissão Pastoral da Terra junto aos camponeses, bem como na sistematização e denúncia dos conflitos

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF. E-mail: muniz487@hotmail.com



no campo no Brasil por meio dos registros publicados nos cadernos *Conflitos no Campo Brasil* entre 1985 e 2024. Ademais, cabe destacar dois eixos norteadores para essa pesquisa: a) Problematicar a produção dos discursos sobre a violência no campo, os critérios de inclusão ou exclusão de dados dos cadernos e as formas de mediação que são exercidas pela CPT; b) Elaborar uma síntese dos dados dos Cadernos Conflitos no Campo Brasil, entre 1985 e 2025, levantados pela CPT, dando ênfase aos conflitos por terra, água e trabalhistas.

METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Metodologicamente, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a assessoria da CPT a comunidades camponesas e sua denúncia da violência no campo entre 1985 e 2025. A pesquisa se utiliza do método materialista dialético, possuindo um caráter qualitativo, aliado a quatro diretrizes metodológicas: o Diálogo Interdisciplinar; a temporalidade de Média Duração, a articulação entre Diacronias e Sincronias e a Relevância Social e Acadêmica da pesquisa aliada à sua atualidade histórica.

DISCUSSÕES/RESULTADOS

Os conflitos no campo que assolam o Brasil devem ser analisados na temporalidade da conjuntura histórica, visto que os conflitos no campo devem ser entendidos dentro da estrutura fundiária do Brasil, sobretudo, a partir de 1850, com a criação da Lei de Terras e, em consequência dela, a estruturação do latifúndio moderno. Segundo José de Souza Martins, um “balanço apropriado do conflito fundiário nas últimas décadas nos revelaria que ele é apenas um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja” (Martins, 2000, p. 99).

Martins (2000) acrescenta que no Brasil, durante quase um século, a questão agrária se expressou por meio de tensões religiosas entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional que estava atrelado ao Estado, mesmo após a separação do Período Republicano. A mudança no posicionamento da Igreja, sobretudo no Brasil, ocorre após o Concílio do Vaticano II, finalizado em 1965, e das Conferências do Episcopado Latino-americano de



Medellín e Puebla, aliadas a fundação da Teologia da Libertação, que tem como premissa a opção preferencialmente pelos pobres.

A CPT, nesse sentido, quer ser um serviço a causa dos camponeses, sendo presença profética e pastoral, prestando assessoria para que os trabalhadores do campo organizem sua luta pela terra, denunciando a violência sofrida por eles e, sobretudo, evitar, com isso, substituir o protagonismo camponês (CPT, 1983). A partir dessas premissas e diante do avanço do agronegócio em direção à Amazônia Legal, da incidência de violência sobre indígenas, posseiros, quilombolas e camponeses, a CPT organiza sua atuação pastoral enquanto denúncia da violência no campo. Atualmente o CEDOC-CPT é o maior arquivo de registros de violência no campo do Brasil, sendo fonte de pesquisa acadêmica e servindo de fonte para orientar as ações de outras entidades, inclusive governamentais.

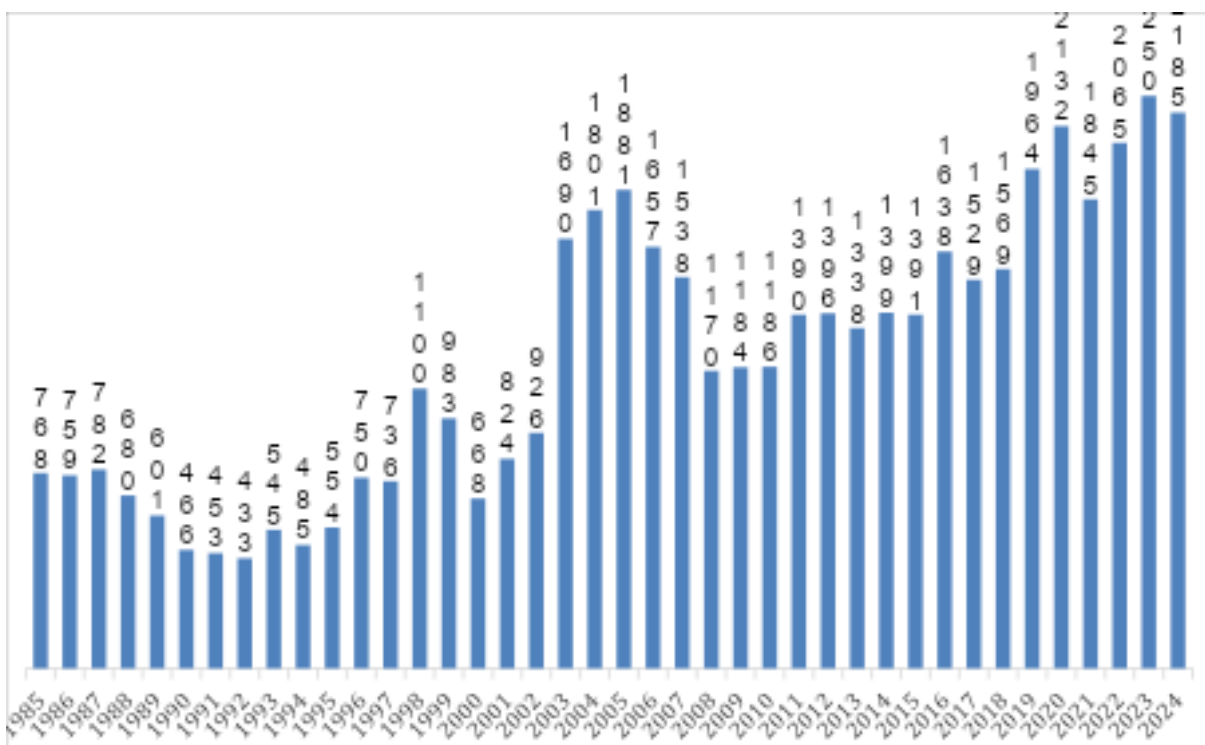
Durante os quarenta anos de seu centro de documentação a CPT registrou 48.711 conflitos no campo, conforme pode ser visto de forma detalhada no gráfico 1; dentre esses, 37.757² conflitos por terra, 3.621 conflitos por água, 5.587 registros de trabalho escravo, análogo a escravidão ou superexploração e 1.476 outros conflitos, tais como sindicais, garimpo, seca e política agrícola. Além disso, foram registrados 2.133 assassinatos, tendo como principais causadores as categorias Fazendeiro, Empresário Rural e Madeireiro. O Estado também aparece como causador de violência no campo, tanto por ação quanto por negligência.

O número de conflitos no campo vem subindo ao longo dos anos, mesmo contando com momentos de redução e estabilidade, que em muitas vezes está relacionado ao fato político. Nesse sentido, aplicamos aquilo que Braudel (1992), chama de encontro da conjuntura com o fato, ou seja, a conjuntura agrária histórica se entrelaça com o fato político, a ascensão de um governo de coalizão em 2003, onde os movimentos sociais tomaram a frente das iniciativas pelo direito a terra, sofrendo represália de milícias armadas e do próprio estado.

² Dentro desses conflitos estão computados a incidência de 7.779 ocupações e retomadas, de 1.100 acampamentos.



Gráfico 1 – Conflitos no campo no Brasil entre 1985 e 2024.



Fonte: CEDOC-CPT. Elaborado pelo autor.

Essa tendência foi reduzida após o início do segundo governo Lula, entrando em certa estabilidade até 2015. Esse cenário muda a partir de 2016, com uma nova onda de violência no campo que torna-se ainda mais grave durante o governo Bolsonaro, não por acaso, durante o seu governo foram estabelecidos os maiores números da série histórica, refletindo, inclusive, nos primeiros anos do terceiro governo Lula, que renovou os números da série histórica, principalmente pelo acirramento do agronegócio com os movimentos sociais do campo.

Por fim, nesses 40 anos, a CPT registrou 2.133 assassinatos, sendo 74 apenas em



2017, maior número da série histórica desde 1989, onde foram registrados 79 assassinatos e desde então o número vinha sendo reduzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, a conjuntura histórica e os fatos políticos se cruzam e produzem a história do tempo presente, que está entrelaçada com a média e a longa duração, com suas rupturas e continuidades. No caso dos conflitos no campo no Brasil, podemos compreender que a conjuntura demonstra uma crescente nos conflitos do campo, encontrando alguns momentos atenuantes e de estabilidades, mas sempre em crescimento.

A CPT tem atuado na denúncia e mediação desses conflitos, no fortalecimento das redes de solidariedade entre as comunidades do campo, prestando-lhe assessoria com a missão de “ser Presença, Solidária e Profética junto aos pobres da terra, das águas e das florestas” (CPT, 2025, p. 199).

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra – CPT; Conflitos no Campo Brasil; Movimentos Sociais de Luta pela Terra.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **CPT: Pastoral e Compromisso**. Petrópolis: Vozes, 1983.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 13/06/2025.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 97-128, 2000b.

XIII Semana Acadêmica de História da UFFS

*Os Protagonismos de Clio:
As mulheres, docência e historiografia no Brasil*

Por uma História onde o silêncio não
tenha que falar pelas mulheres



**Curso de
História**



Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPROYsMFw/>. Acesso em: 12/11/2024.